

LEI N° 1.373, DE 20 AGOSTO DE 2025

"INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE RECUPERAÇÃO FISCAL - NOVO REFIS TEIXEIRA DE FREITAS 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

- O **PREFEITO MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS,** Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, na forma do art. 70, da lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:
- **Art. 1º -** Fica instituído o Programa Municipal de Recuperação Fiscal NOVO REFIS TEIXEIRA DE FREITAS 2025, destinado a promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos de contribuintes pessoas físicas e jurídicas, de natureza tributária ou não tributária, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, protestados ou a protestar, ajuizados ou a ajuizar, que estejam ou não com exigibilidade suspensa, incluindo débitos decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos de terceiros.
- § 1º Estão abrangidos por este programa os débitos cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2024.
- § 2º Os débitos ainda não constituídos deverão ser confessados pelo sujeito passivo, de forma irrevogável e irretratável, e apresentados no momento da adesão ao programa.
- § 3º Para débitos inscritos em dívida ativa no Município que ainda não foram executados judicialmente, a dívida será consolidada na data da formalização do acordo.
- § 4º Poderá ser incluído no NOVO REFIS TEIXEIRA DE FREITAS 2025 saldo de débitos que já tenham sido objeto de parcelamento ou reparcelamento.
- § 5º A apuração do saldo remanescente será pela dívida original, sem aproveitamento de qualquer benefício concedido pelo parcelamento anterior, abatendo-se os valores já pagos.
- **Art. 2º** Com a adesão ao Programa, que se perfectibilizará com o pagamento da primeira parcela do ajuste, sendo o caso, o contribuinte desistirá, expressamente, da discussão administrativa ou judicial do respectivo débito tributário e renunciará ao direito em que se funda a Ação, caso em que a eficácia da desistência e renúncia fica vinculada ao deferimento do pedido.
- Art. 3° Não poderão ser incluídos no NOVO REFIS TEIXEIRA DE FREITAS 2025, os seguintes débitos:
- I Referentes aos créditos não tributários:





- a) de natureza contratual;
- b) relativos a indenizações devidas ao Município por dano causado ao seu patrimônio;
- c) decorrentes de multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Município TCM;
- II De empresas optantes pelo Simples Nacional em relação aos tributos que devem ser recolhidos junto à Receita Federal do Brasil;
- III Débitos a título do imposto sobre a transmissão "intervivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- Art. 4º A opção pelo NOVO REFIS TEIXEIRA DE FREITAS 2025 implicará dispensa total ou parcial dos encargos relativos à multa de mora e juros de mora, até a data da adesão, multa de infração, quando for o caso, para pagamento à vista ou parceladamente, nas seguintes condições:
- I Pagamento à vista: redução de 70% da multa e dos juros de mora, e 100% da multa por infração da obrigação principal;
- II Pagamento parcelado:
- entre 2 (duas) e 6 (seis) parcelas: redução de 50% da multa e dos juros de mora, e 100% da multa por infração da obrigação principal;
- entre 7 (sete) e 12 (doze) parcelas: redução de 30% da multa e dos juros de mora, e 100% da multa por infração da obrigação principal.
- § 1º O valor das parcelas será atualizado monetariamente em 1º de janeiro de cada exercício financeiro, de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – Série Especial -IPCA-E, fixado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estática (IBGE).
- § 2º O valor mínimo de cada parcela será equivalente a:
- I R\$ 100,00 (cem reais) para as pessoas físicas e microempreendedores individuais;
- II R\$ 200,00 (duzentos reais) para microempresas e empresas de pequeno porte;
- III R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) para as demais pessoas jurídicas.
- § 3º O pagamento à vista ou da primeira parcela deverá ser efetuado até o 5º (quinto) dia útil posterior a adesão ao Programa limitado ao seu prazo final, ficando as demais parcelas do parcelamento com vencimento no último dia útil do mês subsequente.





- § 4º A confirmação da adesão ao programa só se efetivará com o pagamento à vis-ta ou da primeira parcela.
- **Art.** 5º Para a formalização da adesão ao Programa Municipal de Regularização Fiscal NOVO REFIS TEIXEIRA DE FREITAS 2025, o contribuinte deverá atualizar os seus dados cadastrais, em conformidade com os procedimentos definidos na legislação em vigor, indicar a forma de pagamento e fornecer cópia dos seguintes documentos:
- I De identificação, de inscrição no CPF/MF e comprovante de residência, quando pessoa física;
- II De identificação, de inscrição no CPF/MF, comprovante de endereço e procuração simples do representante legal de devedor;
- III Do CNPJ, do contrato social e suas respectivas alterações, de identificação, de inscrição no CPF/MF e de procuração do representante legal, quando o devedor for pessoa jurídica;
- IV Demonstrativo do total do débito confessado, ainda não constituído.
- **Art. 6º** A adesão ao programa não é causa para levantamento das garantias efetivadas nas execuções fiscais do contribuinte ou medidas cautelares fiscais, devendo a suspensão do processo ser requerida ao juiz da causa pelo Município, somente após efetivação do parcelamento, com o pagamento à vista ou da primeira parcela.
- **Art.** 7º Os benefícios previstos nesta Lei serão automaticamente cancelados diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:
- I Falta de pagamento de 02 (duas) parcelas consecutivas ou alternadas;
- II Atraso no pagamento de qualquer parcela por mais de 90 (noventa) dias;
- III Constatação, pela Secretaria Municipal de Finanças, ou pela Procuradoria Geral do Município, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial do sujeito passivo como forma de fraudar o cumprimento do parcelamento;
- IV Declaração de falência ou extinção pela liquidação da pessoa jurídica;
- V Cisão da pessoa jurídica, exceto se a sociedade nova, oriunda da cisão ou aquela que incorporar a parte do patrimônio, assumir solidariamente com as obrigações ajustadas com o Município.
- §1º O parcelamento, uma vez cancelado, ensejará:
- I O protesto ou a execução do crédito, caso não estejam protestados ou parcelados;
- II O prosseguimento da execução, na hipótese de se encontrar cobrado judicialmente.





- Art. 8º Os benefícios previstos nesta Lei não serão cumulativos com qualquer outro admitido em Lei e não geram créditos para sujeitos passivos que se mantiveram em dia com suas obrigações fiscais.
- Art. 9º As custas extrajudiciais, na hipótese de débitos protestados, ou judiciais, serão suportadas pelo devedor.
- Art. 10º Os benefícios contemplados por esta Lei não conferem direitos à restituição ou compensação das importâncias já pagas a qualquer título.
- Art. 11º O prazo para adesão ao Programa Municipal de Regularização Fiscal NOVO REFIS TEIXEIRA DE FREITAS 2025, será de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Lei.
- Art. 12º O Programa Municipal de Regularização Fiscal NOVO REFIS TEIXEIRA DE FREITAS 2025 poderá ser regulamentado naquilo que seja necessário ao seu cumprimento.
- Art. 13º As despesas decorrentes da execução deste programa serão suportadas por dotações orçamentárias próprias do Município.
- Art. 14º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS, em 20 de agosto de 2025.

MARCELO GUSMAO PONTES BELITARDO:90243935587 Dados: 2025.08.20 11:46:55 -03'00'

Assinado de forma digital po MARCELO GUSMAO PONTES

MARCELO GUSMÃO PONTES BELITARDO

Prefeito Municipal

Publicada em 21.08.2025 Romilda de S. Cabral Rodrigues Mat. 006







Verificação de assinaturas



Gerado em: 20/08/2025 15:58:29

Identificador do documento: PMTF-PR-55112/2025

Código de acesso: f56bf058-be5e-4b31-9d53-09f74ac42f7f

Esta parte, com título *Lei nº 1373.2025 - Institui o Programa Municipal de Recuperação Fiscal – NOVO REFIS TEIXEIRA DE FREITAS 2025, e dá outras providências*, foi assinada eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- MARCELO GUSMAO PONTES BELITARDO, CPF XXX.XXX.355-87, 20/08/2025 11:46:55 -03:00 (certificado emitido por AC Certisign RFB G5).
 Assinatura qualificada realizada nas páginas de 40 até 43
- ✓ MONA MOUSTAFA BEZERRA GHANEM, CPF XXX.XXX.686-42, Procuradora Adjunta Administrativa, Matrícula nº 25797, 20/08/2025 15:58:03 -03:00.
 Assinatura simples iGOV realizada nas páginas de 40 até 43

Para validar as assinaturas, acesse a central de verificação em https://teixeiradefreitas.igov.com.br/verify e informe o identificador e código de acesso ou acesse o link a seguir:

 $\frac{https://teixeiradefreitas.igov.com.br/verify?idf=PMTF-PR-55112/2025\&dpid=f56bf058-be5e-4b31-9d53-09f74ac42f7f}{}$



Leis

PMTF-PR-55112/2025 - Lei nº 1373.2025 - Institui o Programa Municipal de Recuperação Fiscal NOVO REFIS TEIXEIRA DE FREITAS 2025,...Página 40



LEI N° 1.373, DE 20 AGOSTO DE 2025

"INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE RECUPERAÇÃO FISCAL - NOVO REFIS TEIXEIRA DE FREITAS 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

- O **PREFEITO MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS,** Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, na forma do art. 70, da lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:
- Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Recuperação Fiscal NOVO REFIS TEIXEIRA DE FREITAS 2025, destinado a promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos de contribuintes pessoas físicas e jurídicas, de natureza tributária ou não tributária, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, protestados ou a protestar, ajuizados ou a ajuizar, que estejam ou não com exigibilidade suspensa, incluindo débitos decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos de terceiros.
- § 1º Estão abrangidos por este programa os débitos cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2024.
- § 2º Os débitos ainda não constituídos deverão ser confessados pelo sujeito passivo, de forma irrevogável e irretratável, e apresentados no momento da adesão ao programa.
- § 3º Para débitos inscritos em dívida ativa no Município que ainda não foram executados judicialmente, a dívida será consolidada na data da formalização do acordo.
- § 4º Poderá ser incluído no NOVO REFIS TEIXEIRA DE FREITAS 2025 saldo de débitos que já tenham sido objeto de parcelamento ou reparcelamento.
- § 5º A apuração do saldo remanescente será pela dívida original, sem aproveitamento de qualquer benefício concedido pelo parcelamento anterior, abatendo-se os valores já pagos.
- Art. 2º Com a adesão ao Programa, que se perfectibilizará com o pagamento da primeira parcela do ajuste, sendo o caso, o contribuinte desistirá, expressamente, da discussão administrativa ou judicial do respectivo débito tributário e renunciará ao direito em que se funda a Ação, caso em que a eficácia da desistência e renúncia fica vinculada ao deferimento do pedido.
- Art. 3° N\u00e3o poder\u00e3o ser inclu\u00eddos no NOVO REFIS TEIXEIRA DE FREITAS 2025, os seguintes d\u00e9bitos:
- I Referentes aos créditos não tributários:

Rua Dr. Carlos Mostardeiro, nº 31, 1º andar, Jardim Caraípe, Teixeira de Freitas, Bahia, CEP: 45.990-710
Telefone: (73) 3011-0345 – E-mail: procuradoria@pm.teixeiradefreitas.ba.gov.br



Anexado por Zanita Ferreira Paixão.

Reconhecido por Prefeitura de Teixeira de Freitas. Para verificar a autenticidade, leia o QR Code ou acesse https://teixeiradefreitas.igov.com.br/verify





- a) de natureza contratual;
- b) relativos a indenizações devidas ao Município por dano causado ao seu patrimônio;
- c) decorrentes de multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Município TCM;
- II De empresas optantes pelo Simples Nacional em relação aos tributos que devem ser recolhidos junto à Receita Federal do Brasil;
- III Débitos a título do imposto sobre a transmissão "intervivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- **Art. 4º** A opção pelo NOVO REFIS TEIXEIRA DE FREITAS 2025 implicará dispensa total ou parcial dos encargos relativos à multa de mora e juros de mora, até a data da adesão, multa de infração, quando for o caso, para pagamento à vista ou parceladamente, nas seguintes condições:
- I Pagamento à vista: redução de 70% da multa e dos juros de mora, e 100% da multa por infração da obrigação principal;
- II Pagamento parcelado:
- a) entre 2 (duas) e 6 (seis) parcelas: redução de 50% da multa e dos juros de mora, e 100% da multa por infração da obrigação principal;
- b) entre 7 (sete) e 12 (doze) parcelas: redução de 30% da multa e dos juros de mora, e 100% da multa por infração da obrigação principal.
- § 1° O valor das parcelas será atualizado monetariamente em 1° de janeiro de cada exercício financeiro, de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Série Especial IPCA-E, fixado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estática (IBGE).
- § 2º O valor mínimo de cada parcela será equivalente a:
- I R\$ 100,00 (cem reais) para as pessoas físicas e microempreendedores individuais;
- II R\$ 200,00 (duzentos reais) para microempresas e empresas de pequeno porte;
- III R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) para as demais pessoas jurídicas.
- § 3º O pagamento à vista ou da primeira parcela deverá ser efetuado até o 5º (quinto) dia útil posterior a adesão ao Programa limitado ao seu prazo final, ficando as demais parcelas do parcelamento com vencimento no último dia útil do mês subsequente.







- § 4º A confirmação da adesão ao programa só se efetivará com o pagamento à vis-ta ou da primeira parcela.
- **Art.** 5º Para a formalização da adesão ao Programa Municipal de Regularização Fiscal NOVO REFIS TEIXEIRA DE FREITAS 2025, o contribuinte deverá atualizar os seus dados cadastrais, em conformidade com os procedimentos definidos na legislação em vigor, indicar a forma de pagamento e fornecer cópia dos seguintes documentos:
- I De identificação, de inscrição no CPF/MF e comprovante de residência, quando pessoa física;
- II De identificação, de inscrição no CPF/MF, comprovante de endereço e procuração simples do representante legal de devedor;
- III Do CNPJ, do contrato social e suas respectivas alterações, de identificação, de inscrição no CPF/MF e de procuração do representante legal, quando o devedor for pessoa jurídica;
- IV Demonstrativo do total do débito confessado, ainda não constituído.
- Art. 6º A adesão ao programa não é causa para levantamento das garantias efetivadas nas execuções fiscais do contribuinte ou medidas cautelares fiscais, devendo a suspensão do processo ser requerida ao juiz da causa pelo Município, somente após efetivação do parcelamento, com o pagamento à vista ou da primeira parcela.
- **Art. 7º** Os beneficios previstos nesta Lei serão automaticamente cancelados diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:
- I Falta de pagamento de 02 (duas) parcelas consecutivas ou alternadas;
- II Atraso no pagamento de qualquer parcela por mais de 90 (noventa) dias;
- III Constatação, pela Secretaria Municipal de Finanças, ou pela Procuradoria Geral do Município, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial do sujeito passivo como forma de fraudar o cumprimento do parcelamento;
- IV Declaração de falência ou extinção pela liquidação da pessoa jurídica;
- V Cisão da pessoa jurídica, exceto se a sociedade nova, oriunda da cisão ou aquela que incorporar a parte do patrimônio, assumir solidariamente com as obrigações ajustadas com o Município.
- §1º O parcelamento, uma vez cancelado, ensejará:
- I O protesto ou a execução do crédito, caso não estejam protestados ou parcelados;
- II O prosseguimento da execução, na hipótese de se encontrar cobrado judicialmente.

Rua Dr. Carlos Mostardeiro, nº 31, 1º andar, Jardim Caraípe, Teixeira de Freitas, Bahia, CEP: 45.990-710 Telefone: (73) 3011-0345 – E-mail: procuradoria@pm.teixeiradefreitas.ba.gov.br



Anexado por Zanita Ferreira Paixão.

Reconhecido por Prefeitura de Teixeira de Freitas. Para verificar a autenticidade, leia o QR Code ou acesse: https://teixeiradefreitas.igov.com.br/verify



- Art. 8º Os beneficios previstos nesta Lei não serão cumulativos com qualquer outro admitido em Lei e não geram créditos para sujeitos passivos que se mantiveram em dia com suas obrigações fiscais.
- Art. 9º As custas extrajudiciais, na hipótese de débitos protestados, ou judiciais, serão suportadas pelo devedor.
- Art. 10º Os benefícios contemplados por esta Lei não conferem direitos à restituição ou compensação das importâncias já pagas a qualquer título.
- Art. 11º O prazo para adesão ao Programa Municipal de Regularização Fiscal NOVO REFIS TEIXEIRA DE FREITAS 2025, será de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Lei.
- Art. 12º O Programa Municipal de Regularização Fiscal NOVO REFIS TEIXEIRA DE FREITAS 2025 poderá ser regulamentado naquilo que seja necessário ao seu cumprimento.
- Art. 13º As despesas decorrentes da execução deste programa serão suportadas por dotações orçamentárias próprias do Município.
- Art. 14º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS, em 20 de agosto de 2025.

MARCELO GUSMAO
PONTES
BELITARDO:90243935587
BELITARDO:90243935587
Dados: 2025.08.20 11:46:55-03'00'

MARCELO GUSMÃO PONTES BELITARDO

Prefeito Municipal

Publicada em 21.08.2025 Romilda de S. Cabral Rodrigues Mat. 006







Verificação de assinaturas



Identificador do documento: PMTF-PR-55112/2025

Código de acesso: f56bf058-be5e-4b31-9d53-09f74ac42f7f

Esta parte, com título *Lei n°* 1373.2025 - *Institui o Programa Municipal de Recuperação Fiscal – NOVO REFIS TEIXEIRA DE FREITAS 2025, e dá outras providências*, foi assinada eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- MARCELO GUSMAO PONTES BELITARDO, CPF XXX.XXX.355-87, 20/08/2025 11:46:55 -03:00 (certificado emitido por AC Certisign RFB G5).
 Assinatura qualificada realizada nas páginas de 40 até 43
- ✓ MONA MOUSTAFA BEZERRA GHANEM, CPF XXX.XXX.686-42, Procuradora Adjunta Administrativa, Matrícula nº 25797, 20/08/2025 15:58:03 -03:00.
 Assinatura simples iGOV realizada nas páginas de 40 até 43

Para validar as assinaturas, acesse a central de verificação em https://teixeiradefreitas.igov.com.br/verify e informe o identificador e código de acesso ou acesse o link a seguir:

https://teixeiradefreitas.igov.com.br/verify?idf=PMTF-PR-55112/2025&dpid=f56bf058-be5e-4b31-9d53-09f74ac42f7f

